

**ÁGUA, MULHERES E TERRITÓRIOS DE USO COMUM NO CONTEXTO DA
USINA HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE**

**WATERS, WOMEN AND COMMON-USE TERRITORIES IN THE CONTEXT OF
THE BELO MONTE DAM**

**AGUAS, MUJERES Y TERRITORIOS DE USO COMÚN EN EL CONTEXTO DE
LA CENTRAL HIDROELÉCTRICA DE BELO MONTE**

Michel de Melo Lima
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), Brasil
<http://orcid.org/0000-0003-1757-2235>
mmlgeo@hotmail.com

Lais Alves dos Santos
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), Brasil
<http://orcid.org/0000-0003-1894-845X>
lsalves62@gmail.com

RESUMO

O artigo aborda a produção de territórios de uso comum e geografias corporificadas nas ações, lutas e trajetórias concretas de mulheres amazônidas atuantes em movimentos sociais e outros coletivos que se colocam na “contramão” da modernização conservadora, patriarcal, machista, racista e des-territorializante ocorrida em Altamira-PA. Objetiva analisar a produção de territórios de uso comum e do corpo-território enquanto espaços de luta emancipatória das mulheres durante o processo de instalação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, na cidade de Altamira. Para tanto, utilizou-se: i) revisão bibliográfica de teorias que permitem entender o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia, dentre as quais destacam-se a de produção do espaço, do comum, do corpo-território e de geografias corporificadas; ii) levantamento e análise bibliográfica de caráter histórico-geográfico; iii) levantamento e análise de dados primários e secundários em fontes documentais; iv) observações de campo em Altamira, nos anos de 2018, 2019 e 2020; v) realização de entrevistas semiestruturadas com mulheres/lideranças diretamente impactadas pela construção da hidrelétrica. Por fim, constatou-se a existência e/ou defesa de territórios de uso comum urbanos e rurais (Rio Xingu, floresta, ilhas, espaços de orla urbanos) e o processo de (re)politização dos corpos das mulheres, desencadeado por suas lutas territoriais.

Palavras-chave: territórios de uso comum; mulheres; geografias corporificadas; Belo Monte.

ABSTRACT

The article addresses the production of common-use territories and embodied geographies in the actions, struggles and concrete trajectories of Amazonian women engaged in social movements and other collectives that oppose the conservative, patriarchal, sexist, racist, and deterritorializing process of modernization occurring in Altamira, Pará. Its objective is to analyze the production of common-use territories and body-territory as spaces of women's emancipation struggle during the installation of the Belo Monte Dam, in the city of Altamira. To achieve this, the following methods were employed: i) literature review on theories that enable an understanding of the development of capitalism in the Amazon, among which stand out theories of the production of space, the commons, body-territory, and embodied geographies; ii) literature review on the history and geography of the studied space; iii) collection and analysis of primary and secondary data from documentary sources; iv) field observations in Altamira, during the years of 2018, 2019 and 2020; v) semi-structured interviews with women/leaders directly impacted by the construction of the dam. Finally, it was observed the existence and/or defense of urban and rural common-use territories (Xingu River, forest, islands, urban waterfront spaces) and the process of (re)politicization of women's bodies, triggered by their territorial struggles.

Keywords: common-use territories; women; embodied geographies; Belo Monte.

RESUMEN

El artículo aborda la producción de territorios de uso común y geografías corporizadas en las acciones, luchas y trayectorias concretas de mujeres amazónicas activas en movimientos sociales y otros colectivos que operan en contra de la modernización conservadora, patriarcal, sexista, racista y desterritorializadora en Altamira-PA. Su objetivo es analizar la producción de territorios de uso común y del cuerpo-territorio en tanto espacios de lucha emancipadora de las mujeres durante el proceso de instalación de la central hidroeléctrica de Belo Monte en la ciudad de Altamira. Para ello, se utilizó: i) una revisión bibliográfica de teorías que permiten comprender el desarrollo del capitalismo en la Amazonia, incluyendo la producción de espacio, lo común, el cuerpo-territorio y geografías corporizadas; ii) sistematización y análisis bibliográfico de cuño histórico-geográfico; iii) sistematización y análisis de datos primarios y secundarios en fuentes documentales; iv) observaciones de campo en Altamira en 2018, 2019 y 2020; v) entrevistas semi-estructuradas con mujeres/líderes directamente impactadas por la construcción de la hidroeléctrica. Por último, se corroboró la existencia y/o defensa de territorios de uso común urbanos y rurales (Río Xingú, bosque, islas, frente costero urbano) y el proceso de (re)politicización de los cuerpos de las mujeres, desencadenado por sus luchas territoriales.

Palabras clave: territorios de uso común; mujeres; geografías corporizadas; Belo Monte.

INTRODUÇÃO

O debate central apresentado neste artigo¹ tem referência em análises geográficas a partir da perspectiva da teoria social crítica, subsidiando-se da produção social do espaço (LEFEBVRE, [1974] 2013) e em sua contribuição para a constituição de uma geografia corporificada (SILVA; ORNAT; CHIMIN JUNIOR, 2019), associada, *mutatis mutandis*, aos modernos cercamentos capitalistas de recursos amazônicos e aos conflitos e movimentos de resistências em torno da defesa de territórios de uso comum regionais em Altamira-PA.

Nesse particular, em uma escala local e regional, destacam-se mobilizações, ações e lutas de mulheres amazônidas atuantes em movimentos sociais e outros coletivos², colocando-se na “contramão” da modernização conservadora (patriarcal, machista e racista) e des-territorializante (HAESBAERT, 2009) ocorrida no âmbito da instalação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Assim, objetivando situar o debate proposto, é importante destacar que para realizar uma análise científica e crítica da realidade amazônica e de seu processo de apropriação territorial³, é fundamental entender a dinâmica de desenvolvimento capitalista historicamente estabelecida em âmbito local e regional, revelada pela intensificação do interesse de exploração dos recursos naturais da região, que é concebida como um espaço estratégico e um campo aberto à produção mercantil, em uma atualização da dimensão colonizadora – interna e externa (GONZÁLES CASANOVA, 2006; CASTRO, 2010) – de outrora, principalmente através da exploração de *commodities* com vantagens competitivas e facilidades de escoamento para o mercado mundial (SVAMPA, 2013).

¹ Este artigo é produto de uma discussão preliminar realizada no XIV Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (ENANPEGE), em formato remoto, no ano de 2021. Na ocasião, o trabalho foi apresentado e publicado, mas, diversas contribuições teóricas e metodológicas foram feitas e incorporadas na versão final do texto ora apresentado.

² Os movimentos sociais e outros coletivos insurgentes são produtos de ações coletivas as mais diversas, constituindo-se em fenômenos histórico-geográficos e culturais dinâmicos e interescares, decorrentes de conflitos sociais que inserem agentes, atores ou sujeitos coletivos específicos em torno de reivindicações, pautas ou agendas de seu interesse, deixando-os em evidência, principalmente em face das situações de desigualdades, opressões e exclusões estruturais e conjunturais vivenciadas e provocadas pelo capitalismo e pela razão de mundo neoliberal (GOHN, 1997; DARDOT; LAVAL, 2016).

³ O território, enquanto uma categoria analítica e prática, é definido a partir de sua perspectiva geográfica integradora, isto é, enquanto uma expressão da territorialização de diferentes sujeitos coletivos, seja como resultado de processos de dominação político-econômica, seja como produto da apropriação simbólico-cultural do espaço pelos grupos humanos, nas mais variadas escalas e contextos geográficos (HAESBAERT, 2009).

É a partir dessa premissa que um complexo fragmento do espaço regional e suas relações socioespaciais ganham destaque enquanto *locus* de pesquisa. Trata-se da cidade de Altamira e de suas lutas territoriais capitaneadas por mulheres de terra e água (LOSITO, 2022), essas que despontam como referência de luta, resistência e esperança, pois, expressam dinâmicas e relações de um espaço urbano inserido no conflituoso processo de modernização regional.

Dessa forma, a cidade de Altamira e suas mulheres estão relacionadas a uma temporalidade ligada, histórica e geograficamente, ao Rio Xingu e suas águas, margens, ilhas e à floresta, assim como, e em diferentes escalas, vinculam-se ao aproveitamento capitalista de recursos amazônicos e ao conflituoso contexto de (re)valorização mercantil de atributos locais, energéticos, “naturais” e turísticos.

Tomando como referência os elementos apresentados, este artigo analisa a produção de territórios de uso comum e do corpo-território enquanto espaços de luta emancipatória das mulheres durante o processo de instalação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, na cidade de Altamira.

O texto está estruturado em introdução, uma descrição dos materiais e métodos empregados na realização do trabalho, os resultados e discussões – subdivididos em duas seções que se complementam – e mais as considerações finais. A primeira seção dos resultados apresenta um resumo do processo de formação histórico-geográfica de Altamira, com foco na produção, em diferentes momentos, de territórios de uso comum e na modernização de seu espaço urbano, sendo essa última notadamente impulsionada pela implantação da Usina de Belo Monte. A segunda parte discorre sobre os dados obtidos em campo, destacando-se os fragmentos de três entrevistas que expressam trajetórias de luta em torno dos territórios de uso comum e a (re)politização dos corpos de mulheres de enfrentamento, que são lideranças dos movimentos sociais e outros coletivos locais e regionais, no intuito de destacar importantes aspectos de seus conflitos cotidianos, que são construídos a partir das mais diversas práticas que transformam não só suas vidas, mas as de todos/todas que estão ao seu redor, no sentido destacado por bell hooks (2017).

MATERIAIS E MÉTODOS

O artigo subsidia-se em uma perspectiva de pesquisa qualitativa, considerada, em linhas gerais, como um tipo de análise da realidade que trabalha com o universo de significados, motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes que correspondem a uma dimensão mais profunda das relações sociais, dos processos e fenômenos geográficos, históricos, econômicos etc.; elementos esses que não devem ser reduzidos à operacionalização de variáveis, equações, médias e dados estatísticos (MINAYO, 1994).

Nesse sentido, a pesquisa qualitativa propõe um aprofundamento dos estudos sobre os aspectos da vida em sociedade, levando em consideração a multiplicidade de perspectivas, situações e maneiras pelas quais os sujeitos prevalecem nos mais diferentes contextos, tal qual o espaço da cidade de Altamira, referencial amazônico selecionado para esta análise. A partir dessa proposta, faz-se uso de um repertório variado de recursos, técnicas, interpretações e formas de sistematização de dados para abordar o objeto pesquisado (GROULX, 2008; BORGES, 2009).

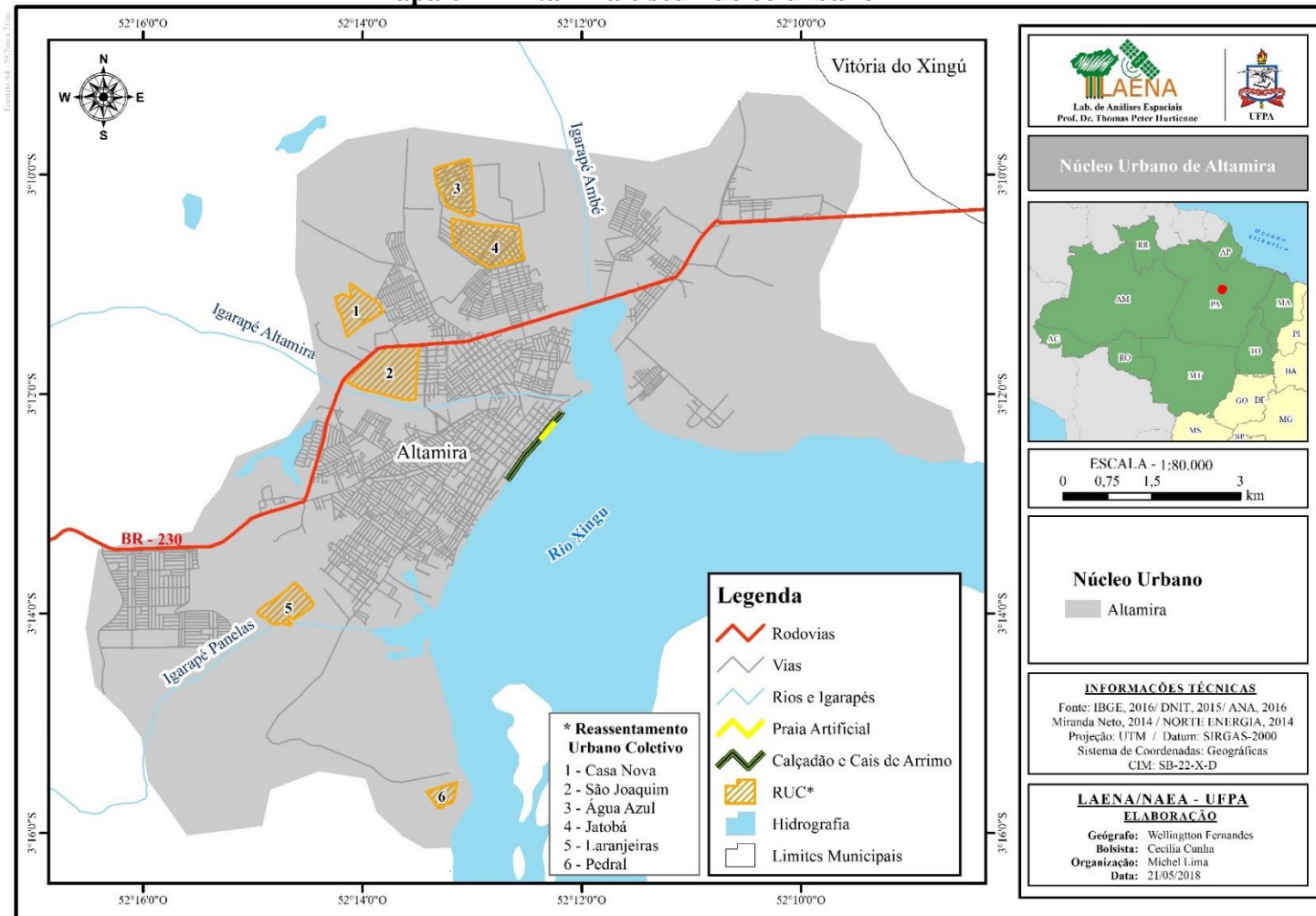
O instrumental teórico-metodológico que sustenta o artigo tem por base os seguintes procedimentos técnicos e de pesquisa: a) revisão bibliográfica de teorias e abordagens geográficas críticas e interdisciplinares que permitem entender o desenvolvimento do capitalismo e o espaço socialmente produzido (LEFEBVRE, [1974] 2013) na Amazônia, com destaque para o processo de cercamento de recursos e a construção do corpo-território e de geografias corporificadas, assentadas em feminismos interseccionais que entrelaçam classe, gênero, raça e sexualidade (SILVA, 2005, 2009, 2014), com ênfase teórica, também, no debate dos comuns (DARDOT; LAVAL, 2017; LIMA, 2020; FEDERICI, 2022), do território e do corpo-território (HAESBAERT, 2009, 2014, 2020); b) levantamento e análise bibliográfica de caráter histórico-geográfico sobre o referencial empírico de estudo (mapa 01); c) levantamento e análise de dados primários e secundários em fontes documentais; d) visitas e observações de campo⁴ em Altamira, entre os anos de 2018 e 2020, com inventário, comparação e análise de elementos da sua paisagem e de sua dinâmica socioespacial; e) realização de entrevistas semiestruturadas (GASKELL, 2008) com mulheres/lideranças de movimentos sociais e outros coletivos (Movimento Xingu Vivo Para Sempre, Movimento dos Atingidos por Barragens e

⁴ O procedimento citado não foi executado através de uma abordagem “de fora e de longe”, uma perspectiva que não leva em consideração as especificidades e a dinâmica local e regional, mas sim de um olhar “de perto e de dentro”, capaz de apreender os padrões de comportamento e de práticas, não de indivíduos atomizados, mas dos múltiplos sujeitos coletivos, de variados e heterogêneos conjuntos de grupos sociais cuja vida cotidiana transcorre na paisagem das cidades (e em seus entornos) e depende de seus equipamentos e serviços (MAGNANI, 2002).

Conselho Ribeirinho) diretamente impactados pela construção da Usina de Belo Monte e sua modernização des-territorializante. O foco dos apontamentos apresentados está nas trajetórias de luta territoriais e de (re)politização dos corpos das mulheres e/ou de seus espaços de afeto, de relações de poder, de libertação de condições de submissão e opressão, de cultura etc.

Altamira foi visitada em momentos distintos da pesquisa que originou o presente texto, entre os anos de 2018 e 2020. O primeiro trabalho de campo aconteceu entre os meses de fevereiro e março de 2018, apresentando um caráter mais exploratório, no qual foram identificados os espaços ligados ao Rio Xingu e todos os sujeitos de interesse da pesquisa, que são as populações direta e indiretamente impactadas pelo processo modernizante associado ao empreendimento hidrelétrico de Belo Monte, os comerciantes locais e os representantes do poder público. Assim, foi por meio desse contato inicial que ocorreu uma primeira observação sistemática dos territórios comuns, como o Rio Xingu e o perímetro de orla de alguns bairros (Centro, Recreio, Esplanada do Xingu e São Sebastião), as margens dos igarapés urbanos (Ambé, Pannels e Altamira) que fazem ligação com o rio principal, os Reassentamentos Urbanos Coletivos (RUCs) e uma comunidade de reassentados (comunidade Terra Prometida) situada ao longo de um afluente do Rio Xingu, um referencial de grande importância no que diz respeito ao processo de produção de territórios de uso comum, principalmente por se tratar de um espaço ribeirinho (re)conquistado através de muita luta e resistência popular.

Mapa 01 – Altamira e seu núcleo urbano



Por fim, após essas incursões iniciais ocorrerem mais algumas visitas à Altamira, nos meses de junho e novembro de 2019, bem como em janeiro do ano de 2020. Os últimos trabalhos de campo permitiram finalizar a observação sistemática nos espaços selecionados e realizar entrevistas com os sujeitos do rio e da floresta, o que possibilitou estabelecer interação com as mulheres de luta e aprofundar o conhecimento científico e prático acerca de suas trajetórias territoriais e corpóreas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

“Modernização”, conflitos e territórios de uso comum na cidade de Altamira-PA

É por meio de (des)encontros de temporalidades sociais, de lógicas diferenciadas de relação sociedade-natureza (OLIVEIRA, 2000), de modernos cercamentos e de perspectivas coloniais atualizadas/mobilizadas por interesses de acumulação e cobiça (CASTRO, 2010) que ocorre a produção do espaço na Amazônia, num embate entre tempos sociais contraditórios, discordantes (e suas hibridizações), associados, de um lado, aos usos e valores de uso coletivos dos rios, da floresta e da vida em espaços rurais e urbanos, e, de outro lado, ao processo modernizante em curso, que, direta ou indiretamente, expressa os intentos de efetivação da racionalidade de mercado e do “progresso” capitalista (TRINDADE JÚNIOR, 2014).

Esse é o ponto de partida para interpretar as transformações ocorridas na realidade de Altamira, um espaço situado em contexto distinto e cujos conteúdos socioespaciais foram e são, direta e indiretamente, atingidos pela razão do capital e de seus grandes projetos, com destaque para o empreendimento hidrelétrico de Belo Monte.

Altamira, um espaço que foi elevado à categoria de cidade em 1917, está localizado no sudoeste paraense, na chamada Volta Grande do Rio Xingu, em um território que conta com aproximadamente duzentos quilômetros de extensão, abrangendo parte dos municípios de Altamira, Vitória do Xingu, Anapu e Senador José Porfírio, fazendo parte da *fall line zone* (zona de linha de queda) sul amazônica (COSTA, 2004). Trata-se de uma área densa e diversificada, composta por rios e seus afluentes, igarapés, lagos, furos, igapós e uma floresta primária com madeiras de lei raras e diversas espécies endêmicas (MAGALHÃES; SILVA; VIDAL, 2016; MIRANDA NETO; HERRERA, 2016). É habitada por pescadores, ribeirinhos, agricultores, coletores, moradores que ocupam os beiradões e por povos indígenas de diversas etnias,

especialmente Xipaia, Kuruiaia, Kayapó, Juruna e Arara; grupos esses que, historicamente, desenvolveram uma combinação de agricultura, extrativismo vegetal, caça e pesca, elementos fundamentais para a sua reprodução material e sociocultural (ALMEIDA; MARIN, 2014).

A cidade de Altamira desempenhou função de entreposto comercial, estimulando a exploração de recursos naturais, inclusive durante o período do extrativismo da borracha (ALONSO; CASTRO, 2006). O comércio extrativista propiciou relativa dinamização econômica e a reafirmação de Altamira como um centro de destaque no médio Xingu.

Por outro lado, a queda da demanda por borracha no mercado europeu, o arrefecimento dos fluxos populacionais empreendidos nessa atividade e o fim da segunda guerra mundial foram fatores que demarcaram um período de estagnação econômica na região em referência, entre as décadas de 1920 e 1960. Por conta disso, o espaço da Volta Grande do Rio Xingu e a cidade de Altamira não apresentaram alterações significativas em seu quadro socioespacial (CORRÊA, 1987; COSTA, 2004), no qual, em paralelo ao processo de estagnação econômica, diversos sujeitos (indígenas, ribeirinhos, agricultores, barqueiros, marisqueiros, oleiros, caçadores etc.) produziram territórios de uso comum⁵ relacionados aos recursos hídricos e florestais existentes, com destaque para apropriações do Rio Xingu e suas margens, dos igarapés, das ilhas e do interior da floresta.

O revigoreamento econômico e urbano de Altamira ocorreu somente a partir das ações do Estado desenvolvimentista na Amazônia brasileira, na década de 1960. A reafirmação de sua centralidade urbana estava ligada à intensa migração inter-regional de trabalhadores na abertura das frentes de expansão ao longo da Rodovia Transamazônica (BR-230) e à criação do Programa Integrado de Colonização (PIC-Altamira), que alterou sobremaneira a constituição da rede urbana na qual a cidade estava inserida. Nesse momento, o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) encarregou-se de organizar os assentamentos de colonos na Transamazônica, com a promessa de garantir assistência técnica e financeira aos recém-chegados (MIRANDA NETO; HERRERA, 2016).

⁵ Inspirando-se na definição de território de Haesbaert (2009, 2014), do comum enquanto bens de usos coletivos, elementos de contradição e conflito (AGUILLAR, 2017; FEDERICI, 2022) e uma dimensão essencial do anticapitalismo contemporâneo (DARDOT; LAVAL, 2017), bem como em visitas de campo, destaca-se que os territórios de uso comum em Altamira consistem em espaços apropriados/vividos/partilhados pelos sujeitos, principalmente o Rio Xingu, suas águas e margens, os igarapés urbanos e o interior da floresta; esses que consistem em recursos essenciais a partir dos quais se consubstanciam usos coletivos, práticas vividas e relações sociedade-natureza – extrativismo vegetal, pesca, caça, agricultura de subsistência e referencial simbólico cultural dos sujeitos – que foram e são essenciais para grupos sociais que, mesmo (co)existindo em meio a dinâmicas, códigos e relações capitalistas, não têm no ideal de acumulação o seu referencial central de reprodução socioespacial.

Posteriormente, o início dos estudos de aproveitamento hidrelétrico da bacia hidrográfica do Rio Xingu e a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte influenciariam em definitivo o espaço urbano e rural de Altamira. A usina, um dos principais projetos do Programa de Aceleração de Crescimento (PAC) do Governo Federal, teve a sua licença de instalação efetivamente liberada no início de 2011, quando iniciaram os procedimentos necessários à recepção do grande volume de mão de obra e as prospecções para a instalação e construção do empreendimento por parte do consórcio Norte Energia S.A. (MAGALHÃES, 2017).

O grande projeto energético entrou em operação em abril do ano de 2016, com capacidade instalada de 11.233,1 MW e um lago formado que abrange uma área de 516 quilômetros quadrados, inundando partes dos municípios de Altamira, Vitória do Xingu e Brasil Novo (MAGALHÃES; SILVA; VIDAL, 2016; MIRANDA NETO; HERRERA, 2016).

O empreendimento dispõe de duas barragens e um canal fluvial construído. A primeira – barragem do Sítio Pimental – localiza-se em Altamira, no início do trecho encachoeirado em desnível que se estende por toda a Volta Grande do Rio Xingu. A segunda – usina do Sítio Belo Monte – está situada no município de Vitória do Xingu, ao fim do trecho encachoeirado. O barramento do Sítio Pimental redireciona a vazão principal do Rio Xingu para um canal de 20 quilômetros de comprimento, conduzindo a água desviada até diques que abastecem a geração no Sítio Belo Monte, no qual produz-se energia através de 18 turbinas. A partir desse processo de redirecionamento, segue para a Volta Grande apenas um resíduo da vazão original das águas do rio (MIRANDA NETO, 2016; MAGALHÃES; SILVA; VIDAL, 2016).

Os impactos causados pelo empreendimento na população da cidade foram significativos, sobretudo nas consideradas Áreas Diretamente Afetadas (ADAs) urbanas, que estavam localizadas na faixa de segurança de até 100 metros acima do nível do mar (MIRANDA NETO, 2016; MIRANDA NETO; HERRERA, 2016). As populações que residiam nessas áreas foram transferidas para novos loteamentos urbanos situados no entorno do núcleo central da cidade. Os loteamentos, ao menos em tese, deveriam ser dotados de infraestrutura urbana básica, com rede de abastecimento e sistema de tratamento de água, rede de esgoto, energia e pavimentação asfáltica (MIRANDA NETO, 2016).

Ao total, são lotes urbanos distribuídos em seis loteamentos planejados, denominados RUCs (Reassentamentos Urbanos Coletivos), compostos por uma população de baixo poder aquisitivo que, em sua maioria, é formada por ribeirinhos, indígenas que moram na cidade

(CARDOSO, 2018), oleiros e demais moradores que residiam em espaços periféricos na orla fluvial do Rio Xingu e nos três igarapés urbanos (Ambé, Altamira e Panelas). São eles: RUCs Jatobá, São Joaquim, Casa Nova, Água Azul, Laranjeiras e Pedral/Tavaquara.

As ações de reassentamento da população foram acompanhadas por intensos debates sobre a adequação infraestrutural desses espaços e sobre a garantia de serviços e equipamentos urbanos essenciais a serem implantados nessas áreas (mapa 01), o que produziu conflitos entre a empresa, a prefeitura municipal e os movimentos sociais de atuação local e regional (MIRANDA NETO, 2016; MIRANDA NETO; HERRERA, 2016).

É nesse fervilhar que igualmente se destaca, de um lado, a continuidade da lógica de (re)produção do espaço urbano enquanto mercadoria, a dinâmica de des-territorialização e os ideais empreendedores através do estabelecimento de melhorias urbanas voltadas para o processo de valorização turística, recreativa e ambiental das margens dos igarapés urbanos e da orla da cidade, e, de outro lado, conquistas sociais, como iniciativas de retorno das populações ribeirinhas para territórios situados ao longo do Rio Xingu e a construção do RUC Pedral/Tavaquara, que destoa dos outros cinco Reassentamentos Urbanos Coletivos por sua localização à beira-rio e por ser um produto do atendimento de uma demanda dos des-territorializados, sobretudo dos indígenas na cidade (CARDOSO, 2018).

Assim, diversos grupos sociais de atingidos, populações urbanas e rurais que habitavam o Rio Xingu e suas margens, os igarapés e o interior da floresta, são compelidos a se deslocar à cidade, formando unidades de mobilização, retomando reivindicações de demandas e de reconhecimento de vivências que não foram consideradas durante a elaboração e execução do empreendimento hidrelétrico (ALMEIDA; MARIN, 2014; MAGALHÃES, 2017).

Os referidos grupos, juntamente com a igreja e outras organizações que focaram os seus esforços de mobilização por meio da articulação de redes de relações direcionadas por entidades ou associações sindicais (Comunidades Eclesiais de Base, Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, Movimento Xingu Vivo Para Sempre, Conselho Indigenista Missionário, Movimento dos Atingidos por Barragens etc.), formaram resistências e organizaram/organizam lutas em função de seus interesses (COSTA, 2004; ALMEIDA; MARIN, 2014; MAGALHÃES, 2017), sobretudo os de manutenção de suas identidades culturais e seus territórios de uso comum ligados às águas.

Dessa forma, a difusão do processo de modernização infraestrutural, intensificado após a década de 1960, com destaque para a instalação da Rodovia Transamazônica e do grande

projeto hidrelétrico na região da Volta Grande do Rio Xingu, e a ascensão do valor de troca em detrimento do valor de uso do rio e suas águas, dos igarapés e da floresta, patrocinados pelo grande capital e pelo Estado, também elevaram os territórios de uso comum altamirenses ao patamar de uma contradição/contraposição/insurgência ao desenvolvimento do grande capital, nesse complexo fragmento do espaço regional amazônico (LIMA, 2020). Além disso, as unidades de mobilização em torno da sua defesa fizeram surgir bandeiras de luta coletivas assentadas em subjetividades de caráter mais cooperativo, subversivo e solidário, que, de maneira geral, são difundidas como formas originais de ação e discurso – princípios políticos (DARDOT; LAVAL, 2017) – entre os grupos sociais atingidos direta e indiretamente pelas ações modernizantes.

É nesse sentido, de defesa dos territórios de uso comum, que também são engendradas ações e lutas concretas de mulheres amazônidas atuantes em coletivos e/ou movimentos sociais locais e regionais. Elas, mulheres de enfrentamento, colocam-se na “contramão” da modernização e de toda sorte de relações conservadoras, patriarcais, machistas, racistas e des-territorializantes, com suas lutas e a (re)política da escala mais íntima, micro, que é o corpo.

Barraram águas coletivas, resiste-se no corpo-território: trajetórias, reprodução social e enfrentamentos de mulheres amazônidas no contexto da UHE de Belo Monte

Na obra *Geografias Subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades*, Silva (2005) destaca elementos de “insubordinação”, desafiando a instituição do saber científico eurocentrado, indo “além do nosso universo branco, asséptico e burguês instituído nos ambientes da pesquisa acadêmica universitária” (SILVA, 2009, p.14).

Nessa perspectiva, a abordagem geográfica de gênero, que trata dos aspectos relacionais, culturais e espaciais da construção social do feminino e do masculino, enfatiza a necessidade de entender não somente a totalidade de relações desiguais e de classe, mas também, e dialeticamente, as relações de diferenciação de gênero e raça como significativas na estruturação e produção do espaço e do território. Portanto, esta seção traz uma análise que entrelaça essas dimensões, a partir da leitura dos processos estruturantes anteriormente apresentados, e, sobretudo, das trajetórias e das territorialidades insurgentes das mulheres entrevistadas.

Assim, é prioridade ressaltar essa relação existente em torno da apropriação do espaço, transmutada em territórios (HAESBAERT, 2014), e como isso repercute diretamente na organização política dessas mulheres em movimentos⁶.

Em face disso e como sustentado na primeira parte do artigo, relembra-se que à medida que Altamira é construída a partir de lógicas exteriores empreendidas pelo Estado e pelo grande capital, os corpos transgressores (SILVA, 2008) também se mostram presentes, principalmente através do enfrentamento em defesa dos seus territórios de uso comum (LIMA, 2020). Esses corpos territoriais são constituídos a partir de trajetórias interseccionadas pela classe, pelas desigualdades de gênero e, principalmente, pelo contexto e conjuntura de luta das mulheres amazônidas.

Ademais, a construção espacial e/ou de identidades políticas das mulheres também envolve processos dinâmicos e dialéticos, e, por esse motivo, apresenta várias dimensões, como a de afirmação de protagonismos socioespaciais, de lutas territoriais, de contestação das relações de trabalho subordinadas/subordinantes e de experiências e vivências no âmbito da organização e da transformação social. São identidades individuais, mas que são influenciadas e motivadas pela coletividade. A partir da identidade de resistência, constroem-se sujeitos políticos ativos e não apenas meros espectadores frente a uma trajetória de enfrentamentos; daí a importância de se evidenciar a geograficidade desses corpos femininos, sobretudo das mulheres cuja vida não se dissocia de seus territórios de uso comum.

Nesse sentido, apresenta-se uma sistematização (quadro 01) que indica elementos que interseccionam as trajetórias geográficas dessas mulheres existentes e (re)sistentes de Altamira. Os seus corpos, que já nascem políticos por si, representam o início de suas trajetórias marcadas por negações, que se encontram no mesmo espaço-tempo de uma sociedade patriarcal. (Geo)grafias de vida surgidas para delimitar territórios, movimentos, ou, até mesmo, para personificar pesquisas científicas que ultrapassem o modelo hegemônico. São trajetórias geográficas diferentes que apresentam os elementos necessários para compreender que o primeiro território, a primeira morada, é o corpo (HAESBAERT, 2020, 2021), o qual sofre, mas também enfrenta, denuncia e articula (in)subordinações gestadas nas águas do Rio Xingu.

⁶ É importante destacar que as mulheres entrevistadas participam de diferentes frentes de luta, em movimentos sociais e territoriais de identidades plurais que foram mobilizados pela espoliação de seus territórios, de suas águas, de suas vidas. Por conta dessa situação de conflito social e das constantes ameaças sofridas, suas identidades foram preservadas e denominações aleatórias lhes foram atribuídas.

Quadro 01 – O reconhecimento da identidade política através do corpo feminino

Mulheres em movimentos e suas atuações em âmbito local/regional	Trajatórias Geográficas de inserção nos movimentos
<p><i>Mulher 01 – Atuação no Movimento Xingu Vivo Para Sempre: defesa do meio ambiente, dos direitos das populações, dos laços comuns com os territórios; produção de ações práticas de enfrentamento e de visibilidade; empoderamento das mulheres e força política coletiva</i></p>	<p>“Eu sou da coordenação do Movimento Xingu Vivo Para Sempre, tá?! A gente não tem assim... presidente, não! Nós temos uma coordenação, que são várias pessoas que estão neste trabalho, várias equipes que tão nesse trabalho hoje, nessa luta. Nós não atuamos só nessa questão, mais fora ou mais ampla, nós atuamos também na questão local, em relação... Altamira se tornou... Ficou desfigurada com Belo Monte. Nossa cidade não é mais a mesma, esses bilhões não serviram para melhorar a vida do povo da nossa cidade e nem da região, mas sim serviu para empobrecer mais. [...] então, tem uma equipe mais voltada à questão do apoio da organização das mulheres em Altamira e na região. Nós também... Sou feminista há muitos anos, trabalho também na organização das mulheres em Altamira e na região. Ajudar elas a se organizarem, a elas serem protagonistas das suas lutas, dos seus direitos no seu município, no seu local e regionalmente, nacionalmente. [...] hoje nós não somos mais movimentos só a nível local, nós somos o movimento além-fronteiras, o Movimento Xingu Vivo Para Sempre com esse objetivo da luta, da resistência pela defesa dos rios, das águas, dos territórios e da história dos povos, da Amazônia e do planeta como um todo. [...] essa é uma das preocupações nossas, de lutar para que as instituições de direito, que têm esse papel, faça suas obrigações independente do governo violento, omisso e conivente com essa violência no campo, principalmente contra os agricultores, contra quem defende a terra, dos agricultores, dos sem-terra. Contra quem defende essas mineradoras que tomam as terras indígenas, que tomam as terras dos agricultores, que tomam as terras dos ribeirinhos, enfim, das pessoas que estão no seu território para o lucro dessas empresas, mineradoras, dessas empresas transnacionais, nacionais, multinacionais... Enfim, é um governo que apoia todos esses crimes, esse governo que aí está no poder. Mas, que nesse país tem lei, que é a Constituição Federal. Então é uma preocupação nossa, mas a nossa resistência... A nossa luta é cobrar dessas instituições que cumpram a lei, que cumpra a Constituição Federal, que cumpra a lei para que diminua esses conflitos e que realmente os responsáveis sejam punidos. [...] porque assim, esses projetos são de uma total violação de direitos, são criminosos. Empresas, governos, bancos... Todas essas corporações junto ao Estado são altamente criminosas, violadores de Direitos Humanos, de toda sua amplitude.” (moradora da cidade de Altamira, 70 anos, representante de movimento social, entrevista realizada em junho de 2019).</p>
	<p>“Na verdade, acho que a gente, acho que na verdade foi muito importante assim a união dos povos dessa região. E aí assim, a gente foi importante. Eu fui importante na questão de que a gente entendeu que a luta era por pautas iguais assim, bem parecidas, né?! Era o direito à moradia, o direito praticamente pela moradia e a questão da sobrevivência das famílias. Então, assim, nossa pauta ela era comum ao mesmo tempo que tinha, né, os coletivos, os indígenas, pescadores... [...] eu vim com essa questão da barragem e desse processo da barragem de Belo Monte, porque na verdade foi isso, mas, também tem um pouco da convivência familiar, como é que se diz?! Do machismo também, né?! Eu, na verdade, tô separada agora. Me separei nesse... Após a mudança, porque uma das coisas que a Norte Energia fez foi no momento do cadastro econômico e da negociação com</p>

<p><i>Mulher 02 – Atuação no Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB): defesa dos direitos das populações atingidas, dos laços comuns com os territórios; empoderamento das mulheres; produção de unidades de mobilização e de força política coletiva</i></p>	<p>a empresa para moradia, para indenização, a empresa não negociava somente com as mulheres. Ela teria que ter a união estável, nem só com mulheres, nem só com homens. Mas, dificultava mais para as mulheres, inclusive. Então, para mim, foi uma forma machista e patriarcal que a empresa tratou principalmente as mulheres atingidas nessa região de Belo Monte. Hoje a gente vê isso claramente, porque a gente tem vários exemplos, não só o meu. Várias coisas acontecendo, que leva a gente a acreditar que realmente foi esse modelo que a empresa, a Norte Energia implementou aqui. Por exemplo, no meu caso, eu tive que fazer a união estável com meu companheiro pra poder receber a moradia. Todo mundo teve que fazer, a empresa não negociava se não tivesse a união estável. Então, tinha que registrar no cartório. Então, essa era tipo uma chantagem que a empresa fazia, se não tiver a união estável, não fazemos a negociação! Então, todo mundo que morava ali nas palafitas, todos, a não ser aqueles que era viúvo ou viúva não fazia [...]. Foi uma luta coletiva [a defesa dos territórios ligados às águas], primeiro momento assim... Claro que nem todo mundo vem, mas, a maioria começou a entender que era importante fazer essa luta, e a gente começou a fazer, a exigir da empresa primeiro o diálogo. Para que pudesse dialogar sobre impactos na questão dos ribeirinhos, e na volta, né?! E aí, logo em seguida se criou o Conselho Ribeirinho. Foi importante também nesse processo, a criação do Conselho Ribeirinho porque isso ajudou a ter um coletivo. O coletivo é importante, né?! Não só de representação, mas assim, o coletivo que é importante para entender mais a fundo a pauta dos ribeirinhos para a gente poder fazer esse embate com a empresa.” (moradora da cidade de Altamira, 35 anos, representante de movimento social, entrevista realizada em junho de 2019).</p>
<p><i>Mulher 03 – Atuação no Conselho ribeirinho: defesa dos direitos das populações, dos laços comuns com os territórios; produção de unidades de mobilização, de representatividade e de força política coletiva</i></p>	<p>“O conselho foi criado pra reconhecer os invisíveis de Belo Monte. O conselho nasceu porque a gente se deu conta que... Assim, nós estávamos sendo injustiçados e não tinha ninguém que nos olhasse, porque a Procuradoria [da República] tava aqui, mas para cuidar da causa indígena. Não por causa do ribeirinho. [...] eu nasci na beira do Rio Parnaíba, me criei na beira do Rio Pindaré-Mirim, me casei e vim para a Beira do Itacaíunas, saindo do Itacaíunas, fui para o Tocantins, que é o rio lá da Barragem de Tucuruí e saí de lá direto para a Beira do Rio Xingu. [...] se eu tivesse que dizer antes de barragens... Porque foi duas barragens que acabou com o meu, quer dizer, não acabou, me ensinou muitas coisas que eu não sabia. Por exemplo, a barragem de Tucuruí me ensinou a lutar pelos meus direitos, a de Belo Monte me ensinou a tirar diploma do que eu sei fazer, que é defendê-los. Então, assim, as barragens são destruidoras do seu ambiente, da sua vida, do seu cotidiano. Mas, ela é uma professora de um modo muito diferente, muito cruel que te ensina a você se reerguer. [...] minha vida hoje é corrida, mas é divertida! Porque eu tô reassentada, mas eu tô lutando para ver meus amigos reassentados como eu. Eu tô com a terra produtiva, mas eu quero ver minha vizinhança, mesmo que a gente não vai mais morar junto, mas num local edificado que nem eu tô! Eu quero ver um vizinho meu dizer pra mim ‘muito obrigada porque hoje eu estou reassentado’. Então, a minha história hoje é uma sede de justiça pelos injustiçados de Belo Monte. [...] eu nunca quis Belo Monte, porque eu sabia que vinha com um arrastão de desgraça pra cá e foi isso que aconteceu! Então, eu não quis! Quando eu disse que não queria, que não era do meu feitio barragem, porque eu já estava atingida por uma outra barragem. [...] eu comecei a aprender na barragem de Tucuruí e aqui eu tirei o diploma de entender que quem é dono da floresta não é os bens, somos nós que preserva. Os governos são os destruidores da floresta e da biodiversidade que a floresta tem, das riquezas naturais que Deus nos deu. O que ele quer é dinheiro, o que nós quer é terra, floresta e água limpa.” (moradora da cidade de Altamira e da Comunidade Terra</p>

	Prometida [município de Vitória do Xingu]), 60 anos, representante de movimento social, entrevista realizada em junho de 2019).
--	---

Elaboração dos autores, 2023.

A dualidade entre o masculino e o feminino é digna de uma criteriosa e necessária observação. Assim, gradativamente, durante o transcorrer da vida, definem-se valores e características que constroem a personalidade e corpo mais fortes ou aparentemente mais fracos. São dinâmicas estruturantes, dominantes, resistentes e conflitivas que representam e fazem representar normas ou personificar padrões de comportamento social. O pensamento é fonte dessa criação, sendo, também, um lugar, resguardando-se da exterioridade. Todavia, mais que lugar, ele é território, é corpo-território (HAESBAERT, 2020, 2021) e suas fronteiras não possuem limites previamente estabelecidos.

Nesse sentido, muitas mulheres vivenciam a opressão dentro e fora do lar, inclusive de modo violento, o que as exclui da vida pública, das universidades, dos lugares de fala, de disputar a produção do conhecimento sobre si, afastando-as dos espaços de socialização política para, também, negar-lhes o reconhecimento de suas lutas diárias, restando a elas conviver com as suas “confusões” internas; essas últimas que podem, ou não, levá-las ao processo de transgressão, de resistência e até mesmo de organização espacial e territorial.

É a partir dessa premissa que a identidade interseccionada de gênero (COLLINS; BILGE, 2021) é estruturada, através das vivências interiores e exteriores, das casas em que habitam, das situações de repressão, das tentativas de encontrar lugares de fala e disputá-los. Contudo, o pensamento é a dimensão que está sempre ocupada em perceber o sentido das coisas, inclusive, do sofrimento que acompanha todo esse processo de amadurecimento.

É quando se entende que as mulheres, ou a maioria delas, estão inseridas na singularidade angustiante da condição privada do ser mulher em uma sociedade patriarcal. A partir disso, tem-se a noção de que é quase impossível ter um pensamento ileso ou estar livre de sentimentos tais como raiva, revolta e medo; “rasgar” esses papéis pode causar sofrimento, mas, também, permite projetar um novo sentido que condiz com uma perspectiva de futuro e de esperança.

Para algumas mulheres é mais óbvio que é preciso e necessário transgredir, para outras, é mais difícil, e, quando existe uma percepção de ajuda ou acolhimento coletivo, esse processo pode se tornar menos doloroso. É nessa perspectiva que as mulheres entrevistadas, os seus movimentos de resistência e os seus territórios, relacionam-se por meio de articulações e intersecções de maneira similar ao proposto por Silva (2005).

A primeira mulher, representante do Movimento Xingu Vivo Para Sempre, tem uma vida dedicada ao mundo da militância, tornando-se até mesmo uma inspiração, por historicamente incentivar outras mulheres a lutarem pelos seus direitos. Assim, ao longo de sua entrevista, ela apresenta os fatores que a levaram ao ativismo político, uma construção que começa no momento da abertura das rodovias na Amazônia e se consolida nos enfrentamentos realizados em face da instalação da UHE de Belo Monte. A preocupação com o território e o uso comum da floresta e das águas sempre a acompanharam, e, mesmo nos momentos em que seu corpo-território esteve ameaçado, a mulher não abandonou a sua bandeira de luta, materializada no processo de organização política, seja das mulheres da região, seja na defesa do meio ambiente e dos direitos das populações tradicionais.

A segunda mulher adentrou na militância quando sentiu no corpo a realidade de ser atingida pela barragem, pelo patriarcado e pelo machismo. Seu conflito também se ampliou em casa, quando, durante o processo de des-territorialização provocado pela construção de Belo Monte, ela se viu induzida pela Norte Energia S. A. a estabelecer união estável com o seu companheiro. Isso porque a empresa não negociava só com as mulheres.

Assim, além da conflitualidade com a empresa, a entrevistada em tela passou a ter embates internos quando mudou para o espaço de reassentamento, ao mesmo tempo em que fortalecia a sua identidade política ao dedicar-se aos enfrentamentos em defesa dos direitos cerceados pelo Estado e pela Norte Energia S.A. Isso gerou desconfortos entre o casal, sobretudo porque o processo de empoderamento político da mulher já se consolidava, transmutado em uma outra ótica da vida. Ela já estava participando ativamente da militância, por meio da qual havia obtido formações que explicavam, dentre outros assuntos, as desigualdades de gênero. Por essa razão e pelo empoderamento adquirido na luta em defesa dos territórios de uso comum, a mulher findou o relacionamento e uma situação de cerceamento e/ou de violência em favor de sua liberdade, principalmente para lutar pelas causas nas quais acreditava.

A mulher 03 também teve que se (re)construir no enfrentamento, pois, em seu passado, vivenciou outra experiência de des-territorialização por barragem, notadamente a partir da construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí. Expulsa de seu território, (re)viveu tal situação degradante com a destruição ocasionada por Belo Monte. Sua experiência representa as dificuldades de ser e existir enquanto ribeirinha na Amazônia, populações-alvo de ações assentadas no modelo capitalista de utilização dos recursos regionais. Assim, a única forma de sobrevivência possível manifestou-se através do enfrentamento coletivo, de modo que a defesa de seu território de uso comum consistiu na força motriz para encarar e impulsionar resistências contra essa brutal realidade.

Em sintonia com o debate empreendido e a realidade dessas mulheres de enfrentamento, em Altamira, destaca-se que Haesbaert (2009, 2021) analisa o conceito de território em suas transformações, que perpassam não somente pelas análises que envolvem o seu uso, mas, também, dinâmicas multidimensionais e multiescalares de poder. Em suas reflexões, o autor chama atenção para compreendermos a importância do “corpo”, essa escala micro, enquanto um componente da relação sociedade-natureza. Nesse sentido, indaga-se: quais os limites do corpo-território no contexto de Altamira? As mulheres que foram atingidas pela construção da UHE de Belo Monte o descobriram a partir de práticas des-territorializantes, violentas e patriarcais. Porém, a contradição e a relação entre o corpo-território se manifestaram nas formas de envolvimento, de articulação coletiva, de apoio mútuo e de defesa territorial. As mulheres e as águas coexistem! Suas vozes gritaram contrárias ao barramento do rio e não permitirão que a razão de mundo neoliberal (DARDOT; LAVAL, 2016) sufoque o seu comum, como pode ser constatado nas falas apresentadas no quadro 02.

Quadro 02 – Mulheres, territórios de uso comum e raízes do corpo-território

Mulheres e o corpo-território	Elementos do corpo-território a partir das experiências e trajetórias
<p><i>Mulher 01 – Luta em defesa dos territórios de uso comum, pela garantia de direitos e perpetuação da vida na Amazônia</i></p>	<p>“Porque a origem de tudo foi aqui. A origem da luta... A origem indígena aqui nessa do Rio Xingu, o próprio Rio Xingu, pelos seus ancestrais, pesquisas realizadas... A palavra Xingu significa ‘a morada dos Deuses’. Então, é muito significativo, é muito místico o Rio Xingu e as suas populações. E essa mística, ela é envolvente, ela é muito envolvente, e aí nos torna pessoas que abraçam essa causa a lutar por esse território. A ter a pertença desse território. A defesa desse território como um todo: rio, terra, florestas, fauna, flora, a biodiversidade... E aqui que é a origem, então, essa origem, essas raízes elas não podem morrer. Por mais que tentem matá-las, como tentaram com Belo Monte, estão tentando com Belo Monte, mas, não conseguem... Não conseguirão jamais! Por mais que passe, que nós passemos, mas que outras gerações, que outras raízes estão aqui para continuar a brotar e dar vida. Então, há um simbolismo muito forte, uma mística muito forte dessa luta por garantia por direitos, por vida, por defesa... Enfim, é a vida, né?! É uma vida, mas uma vida vivida, uma vida de luzes, de expressão, de ações concretas acima de tudo, não só de palavras, mas de ações concretas que se tenta reproduzir e fazer no nosso dia a dia. Os povos de quem tá no Xingu Vivo, os povos que aqui estão conosco, nos movimentos que estão conosco, da luta dos que estão conosco, desses mesmos objetivos. São raízes... Que por vezes, quando cortam uma árvore, pensa que matou a árvore, mas, as raízes elas podem brotar lá do fundo da terra, que elas pegam a seiva, a água que é vida, e elas brotam! Podem matar algumas, mas nem todas.” (moradora da cidade de Altamira, 70 anos, representante de movimento social, entrevista realizada em junho de 2019).</p>
<p><i>Mulher 02 – Luta em defesa dos territórios de uso comum, pela reprodução simples e preservação do ambiente</i></p>	<p>“Na verdade, o rio ele é importante! Assim, no meu ver, meu olhar é que para nós, assim, culturalmente ele é superimportante. Porque é a nossa vivência, a nossa... Tem um vínculo na verdade! É um vínculo muito forte com um rio, porque assim, a gente viveu às margens do rio. Eu pelo menos, nasci e me criei tomando banho do Rio Xingu, e na questão econômica também. A gente sempre sobreviveu sem muita coisa, sem muito dinheiro. A gente não precisava de muito dinheiro para viver bem, porque a gente tinha um rio, de onde tirava o peixe, era a terra de onde a gente plantava às margens do rio. Então, para nós assim tratava-se da sobrevivência! O rio, ele significa para nossa sobrevivência, nossa, que a gente não precisa de muito dinheiro para viver bem, nessa questão. E, nessa questão do movimento social, essa luta na preservação, a preservação disso [...]. Acho que é por isso que a gente se enxerga na luta do movimento social, nós enquanto atingido, ribeirinho, indígena... Todo mundo junto se enxerga nessa luta de momento social, porque o movimento, ele busca essa questão da perspectiva da preservação do meio ambiente, que para nós é a mesma coisa. Para nós, o meio ambiente é tudo!” (moradora da cidade de Altamira, 35 anos, representante de movimento social, entrevista realizada em junho de 2019).</p>

<p><i>Mulher 03 – Luta em defesa dos territórios de uso comum e da biodiversidade</i></p>	<p>“De tudo um pouco, porque eu pesco, eu caço, eu planto, eu colho. Então, o ribeirão ele é muitas coisas em uma só. A única titularidade dele ser ribeirão é que ele mora na beira da água, mas, ele faz tudo isso e muito mais. Ele é um criador de experiência de sobrevivência, é isso! [...] pra mim é importante [morar próximo ao Rio Xingu] porque eu sou parte dos rios. [...] então, o rio já fez o meu corpo, minhas veias, minha mente... O rio já está comigo desde quando nasci. [...] nós vivia da pesca, hoje nós vive da agricultura. Então, o ribeirão é isso, ele se refaz. Qualquer hipótese em que a gente fique sem casa, sem terra, mas a gente se refaz, a gente se levantou de uma outra maneira. A gente se usa como a mata, se eu corto uma castanheira, mas ela já jogou o coco em outro canto e nasceu outro. Nós somos isso, os ribeirinhos, nós não têm o instinto da morte, porque eu sempre falo que tudo isso que aconteceu é uma história reta. Mas, pra morte há esperança! A determinação do ribeirão é a coragem, o desejo de mudança. E que mudança é essa? Uma mudança em que possa a futura geração ver o que nós estamos vivendo hoje, viver na biodiversidade da água doce e com a franqueza da mata, porque a mata é o comando do mundo.” (moradora da cidade de Altamira e da Comunidade Terra Prometida [município de Vitória do Xingu], 60 anos representante de movimento social, entrevista realizada em junho de 2019).</p>
---	--

Elaboração dos autores, 2023.

A des-territorialização produzida por Belo Monte engendra perda de poder em termos de controle do território (HAESBAERT, 2009). No entanto, toda des-territorialização implica em um processo de re-territorialização, em que os sujeitos des-territorializados reorganizam suas relações sociais em outro espaço que está em constante devir, no sentido cunhado por Massey (2008).

Dessa forma, entende-se que a escala geográfica de atuação das mulheres 01, 02 e 03, expressa em movimentos corpóreos e territoriais, pode ser definida também como uma contradição do capital, fazendo referência aos espaços de consolidação e negação da hegemonia, gerando espaços contra hegemônicos em defesa do existir nas mais diversas escalas. O fardo que o corpo carrega consigo é pesado, e as desigualdades de gênero e a violência direcionada aos movimentos contra hegemônicos da Amazônia é real e brutal. Assim, carregar um corpo politizado na região, além de representativo é uma forma de afirmar que, enquanto existirem práticas de territoricídio, haverá a re-territorialização do corpo-território a partir das práticas de enfrentamento e resistências coletivas (HAESBAERT, 2021).

Nesse sentido, como é confirmado pela mulher 01, existe uma mística muito forte e o Rio Xingu não é apenas considerado a “morada dos Deuses”, mas, também, em conjunto com o componente florestal e a sua biodiversidade, é tido como uma fonte de subsistência, de cultura, de vida, tal qual ressaltam as mulheres 02 e 03. Suas narrativas trazem a vida e o devir como elemento de (re)existência.

O rio, a floresta e os corpos, dessa forma, possuem raízes, cuja principal função é a sustentação da existência material e imaterial, corpos e espíritos conectados e entrelaçados em prol da defesa do território.

A partir disso, destaca-se o choque, o embate e a esperança, pois, de um lado, existe a tentativa e/ou tendência hegemônica do grande capital, em parceria com o Estado e as elites locais e regionais de Altamira, que é a de fazer morrer a natureza em nome do capital. Do outro lado, há essas mulheres, que apresentam como ponto de convergência a luta em defesa de seus territórios de uso comum (Rio Xingu, espaços de orla, igarapés, interior da floresta), assim como a (re)ssignificação e a (re)apropriação de seus corpos-território a partir da (re)politização do seu cotidiano, do reconhecimento de seu protagonismo histórico e da produção autônoma da sua vida. Elas estão e são corpo-território dentro desse processo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise empreendida permite constatar que diferentes, contraditórias e conflitantes espacialidades e territorialidades sociais estão presentes em Altamira. A referida situação remonta ao início do processo de ocupação regional, ao avanço de frentes econômicas capitalistas provenientes das ações de grandes empresas (sobretudo a Norte Energia S.A.), do Estado desenvolvimentista e, mais recentemente, neoliberal, e da emergência de contradições, resistências e conflitos em torno de territórios de usos comum e/ou do reconhecimento de outros protagonismos sociais assentados nas insurgências do corpo-território das mulheres de enfrentamento.

É necessário debater esses aspectos, que podem particularizar as diferentes formas de resistência, como no caso em tela, isto é, daquelas que estão existindo e (re)existindo pela segurança alimentar, pelo reconhecimento de seus protagonismos sociais e pelo direito ao uso de seus múltiplos territórios. Existe, então, um esforço de pensar o feminismo geograficamente, visando interpretar as relações não só de opressão, mas, também, de afinidades políticas, como argumenta Haraway (2000). Dessa forma, destaca-se como imprescindível (re)conhecer que as mulheres, em alguns casos, são o “*front*” da representação dos movimentos e da organização nos territórios, ou, pelo menos, são a base necessária para que os territórios ligados às águas e ao recurso florestal existam na Amazônia.

Assim, diversos fatores e situações podem excluir os corpos femininos dos espaços políticos, acarretando o silenciamento, ou, então, o não reconhecimento de suas (geo)grafias de vida e suas lutas diárias, restando, em alguns casos, conviver com os “conflitos” internos. Todavia, a realidade de Altamira permite pensar o contrário. Os exemplos de luta personificados nos corpos das mulheres, como as identidades interseccionadas de gênero, são construídos a partir das vivências exteriores que se colocam para além da casa em que habitam e das situações de repressão vividas, resistindo enquanto ação e prática, nas situações de disputa, na defesa e na (re)descoberta do território e do corpo-território que as constituem. Suas afinidades políticas motivadas pela consciência da “exclusão” e de perda levaram ao fortalecimento da coletividade, das mulheres em movimento, e a organização desse grupo representa uma importante estratégia de enfrentamento do grande capital na Amazônia.

REFERÊNCIAS

AGUILLAR, Raquel Gutiérrez. **Horizontes comunitario-populares**: producción de lo común más allá de las políticas estado-céntricas. Traficantes de sueños: Madrid, 2017.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno; MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. Pescadores, ribeirinhos e indígenas: mobilizações étnicas na região do Xingu: resolução não negociada dos conflitos na usina hidrelétrica de Belo Monte. *In*: OLIVEIRA, João Pacheco de; COHN, Clarice (org.). **Belo Monte e a questão indígena**. Brasília, DF: ABA, 2014. p. 143-169.

ALONSO, Sara; CASTRO, Edna. Processo de transformação e representações rural-urbano em Altamira. *In*: DUARTE, Ana Cláudia Cardoso (org.). **O rural e o urbano na Amazônia**: diferentes olhares em perspectivas. Belém: EDUFPA, 2006. p. 161-215.

BORGES, Maristela Corrêa. Da observação participante à participação observante: uma experiência de pesquisa qualitativa. *In*: RAMIRES, Júlio Cesar de Lima; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar (org.). **Geografia e pesquisa qualitativa**: nas trilhas da investigação. Uberlândia: Assis Editora, 2009. p.183-198.

CARDOSO, Suellem Maciel. **A cidade dos invisíveis?** indígenas e impactos de políticas neodesenvolvimentistas em Altamira, sudoeste paraense. 2018. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018. 221 f.

CASTRO, Edna. Políticas de Estado e atores sociais na Amazônia contemporânea. *In*: BOLLE, Willi; CASTRO, Edna; VEJMEKKA, Marcel (org.). **Amazônia**: região universal e teatro do mundo. São Paulo: Globo, 2010. p. 105-122.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.

CORRÊA, Roberto Lobato. A periodização da rede urbana da Amazônia. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 49, n. 3, p.39-68, jul./set. 1987.

COSTA, Reinaldo Corrêa. **Xingu-Transamazônica**: linha de queda, territorialidades e conflitos. 2004. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. 408 f.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Comum**: ensaio sobre a revolução no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2017.

FEDERICI, Silvia. **Reencantando o mundo**: feminismo e a política dos comuns. São Paulo: Elefante, 2022.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. *In*: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 64-89.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

GONZÁLES CASANOVA, Pablo. Colonialismo interno: una redefinición. *In*: BORON, Atilio; AMADEO, Javier; GONZÁLEZ, Sabrina (comp.). **La teoría marxista hoy**: problemas y perspectivas. Buenos Aires: CLACSO, 2006. p. 409-434.

GROULX, Lionel Henri. Contribuição da pesquisa qualitativa à pesquisa social. *In*: POUPART, Jean *et al.* (org.). **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 95-124.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

HAESBAERT, Rogério. **Viver no limite**: território e multi/transterritorialidade em tempos de insegurança e contenção. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HAESBAERT, Rogério. Do corpo-território ao território-corpo (da terra): contribuições decoloniais. **GEOgraphia**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 48, p. 75-90, jun. 2020.

HAESBAERT, Rogério. A corporificação “natural” do território: do território à multiterritorialidade da terra. **GEOgraphia**, v. 23, n. 50, 2021.

HARAWAY, Donna. Um manifesto para os ciborgs: ciência, tecnologia e feminismo socialista na década de 80. *In*: HARAWAY, Donna; KUNZRU, Hari; TADEU, Tomaz (org.). **Antropologia do ciborgue**: as vertigens do pós-humano. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 33-118.

hooks, bell. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2017.

LEFEBVRE, Henri. **La producción del espacio**. Madrid: Capitán Swing, [1974] 2013.

LIMA, Michel de Melo. **Territórios de uso comum na Amazônia**: relação sociedade-natureza e modernização do espaço regional. 2020. Tese (Doutorado em Ciências:

Desenvolvimento Socioambiental) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará, Belém, 2020. 375 f.

LOSITO, Lucila. **Mulheres de terra e água**. São Paulo: Elefante, 2022.

MAGALHÃES, Sônia Barbosa. Introdução – A voz dos ribeirinhos expulsos. *In*: MAGALHÃES, Sônia Barbosa; CUNHA, Manoel Carneiro da (org.). **A expulsão de ribeirinhos em Belo Monte**. São Paulo: SBPC, 2017. p. 25-34.

MAGALHÃES, Sônia Barbosa; SILVA, Ygor Yuri Pereira da; VIDAL, Cleide da Luz. Não há peixes para pescar nesse verão: efeitos socioambientais durante a construção de barragens – o caso de Belo Monte. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, v. 37, p. 111-134, maio 2016.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 11-29, jun. 2002.

MASSEY, Doreen. **Pelo espaço**: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 21. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

MIRANDA NETO, José Queiroz de. **Os nexos da re-estruturação da cidade e da rede urbana**: o papel da Usina Belo Monte nas transformações espaciais de Altamira-PA e em sua região de influência. 2016. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2016. 370 f.

MIRANDA NETO, José Queiroz de; HERRERA, José Antonio. Altamira-PA: novos papéis de centralidade e reestruturação urbana a partir da instalação da UHE Belo Monte. **Confins**, Paris, n. 28, p. 01-18, out. 2016.

OLIVEIRA, José Aldemir. **Cidades na selva**. Manaus: Valer, 2000.

SILVA, Joseli Maria. Um ensaio sobre a potencialidade do uso do conceito de gênero na análise geográfica. **Revista História Regional**, Ponta Grossa, v.8, p.31-45, 2005.

SILVA, Joseli Maria. A cidade dos corpos transgressores da heteronormatividade. **Geo UERJ**, v. 1, n. 18, p. 3-19, 2008.

SILVA, Joseli Maria. **Geografias subversivas**: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades. Todapalavra Editora, 2009.

SILVA, Joseli Maria. Gênero e espaço: esse é um tema para a Geografia? *In*: AZEVEDO, Daniel Abreu de; MORAES, Marcelo Alonso (org.). **Ensino de Geografia**: novos temas para a geografia escolar. Rio de Janeiro: Consequência, 2014, v.1, p.97-125.

SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio Jose; CHIMIN JUNIOR, Alides Baptista. O legado de Henri Lefebvre para constituição de uma geografia corporificada. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, v. 3, n. 41, p. 63-77, jul./dez. 2019.

SVAMPA, Maristella. «Consenso de los Commodities» y lenguajes de valoración en América Latina. **Revista Nueva Sociedad**, Buenos Aires, n. 244, p. 30-46, mar./abr. 2013.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da. Das “cidades na floresta” às “cidades da floresta”: espaço, ambiente e urbanodiversidade na Amazônia brasileira. *In*: LIMONAD, Ester; CATRO, Edna (org.). **Um novo planejamento para um novo Brasil?** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014. p. 273-294.